

Economia - Brasil

FHC recebe programa de ajuste até sexta-feira

Equipe econômica prepara medidas de corte de despesas em projeto que será entregue ao presidente. Aumento da CPMF para 0,3% é certo

Os cortes nas despesas do setor público que vão ser incluídos no programa de ajuste fiscal serão concentrados nas despesas do governo federal, informou ontem o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Martus Tavares.

São esperados cortes também nos gastos de governos estaduais e municipais, mas caberá à União a parte mais importante do ajuste. "Sem dúvida, o corte será concentrado no governo federal, até pelo peso que ele tem dentro do setor público", comentou.

Principal responsável pelo planejamento das metas trienais para as contas públicas do período de 1999 a 2001, Tavares esteve ontem à tarde no Ministério da Fazenda, onde se reuniu com o secretário-executivo, Pedro Parente, o secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Guimarães, o secretário de Acompanhamento Econômico, Bolívar Moura Rocha, e diversos assessores.

O presidente Fernando Henrique Cardoso anuncia as medidas no dia 20. Martus Tavares disse que o programa estará "bastante avançado" até sexta-feira, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso embarca para Portugal. "O presidente precisa estar informado de tudo", comentou.

O aumento da Contribuição Pro-

visória sobre Movimentação Financeira (CPMF) de 0,2% para 0,3% já é tida como certa, assim como a instituição do imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), que vai tributar patrimônios superiores a R\$ 4 milhões.

Para se manter a longo prazo, o equilíbrio das contas vai precisar da aprovação das reformas discutidas no Congresso. Segundo cálculos do Ministério da Fazenda, a reforma da Previdência dará ao governo um ganho de R\$ 2,6 bilhões já no primeiro ano. Em dez anos, a economia é estimada em R\$ 62 bilhões. A reforma administrativa proporcionaria ganhos de 1,17% do PIB por ano.

ECONOMIAS

A regulamentação da reforma administrativa traz uma boa notícia para os servidores: o governo decidiu criar um adicional de produtividade para premiar os funcionários por bom desempenho.

De acordo com a ministra da Administração, Cláudia Costin, o projeto encaminhado ao Palácio do Planalto na semana passada prevê que 30% do dinheiro pouparado com os planos de economia de despesas em cada órgão público serão destinados ao servidor em forma de bônus a serem pagos a cada seis meses ou na melhoria das condições

do trabalho. Os bônus serão destinados aos funcionários dos órgãos que contribuírem para a redução dos gastos.

Os governadores eleitos terão de demitir servidores estáveis para cumprir as exigências da reforma administrativa logo no início de seus mandatos. O governo quer aprovar até o fim do ano no Congresso os dois projetos que vão regulamentar a demissão por insuficiência de desempenho e a demissão por excesso de quadros.

Se der certo, os governadores assumirão em janeiro com autorização para fazer as demissões caso os gastos com o funcionalismo ultrapassem 60% da receita corrente líquida de seus estados. Dos 27 estados, incluindo o Distrito Federal, 17 estão acima desse percentual e precisarão demitir por excesso de quadros.

A previsão do governo é de que as demissões por excesso de quadros nos estados produzam corte de gastos de R\$ 10 bilhões ao longo dos próximos três ou quatro anos. Segundo o ministério, 17 unidades da Federação terão de demitir servidores: Alagoas, onde os gastos com pessoal consomem 92,6% da receita; Rio Grande do Sul (83,6%); Distrito Federal (79,1%); Rio de Janeiro (78,7%); Minas Gerais (76,7%); Mato Grosso do Sul (74,5%); Piauí (72,5%); Pernambuco (71,5%); Paraná (70,5%); Rio Grande do Norte (68,1%); Espírito Santo (68,1%); Rondônia (68,0%); Santa Catarina (67,4%); Maranhão (64,4%); São Paulo (63,6%); Goiás (62,8%) e Sergipe (61,1%).